

FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR

Graciele Mendes de Carvalho ¹

RESUMO

A escola como dispositivo de cidadania, precisa questionar como as estruturas sociais de opressão influenciam o trabalho pedagógico e de qual forma a própria instituição está contribuindo para fortalecê-las. As hierarquias de gênero, por exemplo, perpassam o olhar das/os docentes repercutindo nos discursos, organização dos espaços, delimitação dos brinquedos/brincadeiras, expectativas diferenciadas de comportamento e aprendizagem validando uma educação sexista, geradora de desigualdades. A formação docente nesse aspecto, deve oferecer espaços formativos com ênfase em estratégias que possibilitem às/aos professoras/es intervirem nos sistemas sociais de opressão. Dada à importância de unir as práticas profissionais às práticas sociais, este trabalho discute a intervenção realizada com 08 professoras de uma escola municipal localizada no interior da Bahia. O objetivo geral dos encontros foi o de promover vivências em grupo para possibilitar o desenvolvimento de uma postura crítica em relação aos processos de naturalização das diferenças sociais de gênero. No tocante aos aspectos metodológicos foram utilizadas as oficinas pedagógicas e como dispositivo para as discussões foram usados vídeos, letras de músicas, relatos de casos e dinâmicas. Nas oficinas as professoras compartilharam experiências alargando a noção sobre o “pessoal e o político”. Citaram e questionaram discursos curriculares e práticas pedagógicas, problematizaram culturas escolares, discursos e dispositivos pedagógicos (livros, cantigas de roda, etc.). As professoras a partir das contradições em suas falas e trocas de experiências, puderam confrontar e questionar verdades ditas como únicas e cristalizadas em nossa cultura, possibilitando a ampliação do olhar sobre os processos de diferença incentivando a desconstrução de práticas sexistas.

Palavras-chave: Gênero; Formação de professoras; Prática pedagógica;

INTRODUÇÃO

O gênero como categoria de análise histórica não é algo recente, sendo introduzido na literatura por feministas estadunidenses na década de 60, com o objetivo de enfatizar o caráter social das relações entre sexos. Ou seja, o gênero é a construção social de relações que não provêm de características sexuais (SCOTT, 1995). De acordo com Sardenberg e Macedo (2011) através da cultura, crenças, sistema educacional, e aparelhos legais, que se constroem sujeitos opostos e assimétricos ponderando um sexo em detrimento ao outro. Assim, desde muito pequenas/os a cultura molda os comportamentos e atitudes de meninas e meninos segundo as normas estabelecidas historicamente.

¹ Psicóloga (UNIT); Especialista em Psicologia Educacional (UNIASSELVI) e em Educação em Direitos Humanos (UFBA); Mestranda em Educação e Diversidade (UNEB), gracielli.psicologia@gmail.com;

Idealizados como diferentes, a sociedade os molda para serem de fatos diferentes. Assim, desde a escolha do enxoval, brinquedos e brincadeiras infantis oferecidos aos meninos e meninas trazem consigo a repercussão do esperado para cada sexo. Assim, brincar de boneca e casinha ensinam as meninas à função da vida adulta de cuidado do lar e a maternagem. Raramente são oferecidos instrumentos ligados ao despertar intelectual ou/e físicos. Aos meninos, são disponibilizados brinquedos e brincadeiras que os preparam à ocupação dos espaços públicos, e à capacidade de liderança (SARDENBERG; MACEDO, 2011).

Enquanto comportamento é esperado que as meninas sejam frágeis, delicadas, dependentes, submissas/sem iniciativa, incapazes, temperamentais, indefesas; para o menino é reforçado o oposto dessas características: fortes, bruscos/rudes, independentes, que tomam a iniciativa/decisão, inteligentes, equilibrados, provedores/protetores entre outros. Essas diferenças ditas como provenientes da biologia, têm servido como instrumento para se cristalizar relações assimétricas entre homens e mulheres. Importante pontuar, que uma vez socializados para exercerem distintos papéis, de fato quando adultos serão essencialmente diferentes, o que acaba que erroneamente confirmando que essas diferenças são “naturais” aos sexos. As relações de gênero estão no campo das relações de poder, e traz consigo privilégios masculinos, desencadeando desigualdades entre os sexos (BRAGA, SANTOS, 2017; SARDENBERG; MACEDO, 2011).

[...] as relações de gênero, como construções sociais de formas de dominação e subordinação, têm resultado, historicamente, em experiências e trajetórias sociais diferenciadas para homem e para mulher. Para esta, a prescrição tradicional foi: domesticidade e maior repressão social e sexual, desestímulo ou dificuldade de acesso e permanência no mercado de trabalho, desigualdades de formação e de condições de trabalho em relação às dos homens, negação aparente de interesse e capacidade para a política e apropriação social do seu corpo expresso no controle familiar e na medicalização das funções reprodutivas. Sintetizando, a expectativa obrigatória de uma “feminilidade” que significa obediência e conformismo [...] (MOTTA, 1999, p. 209).

Como pontuam Bísvaro (2009), Pacheco e Filipak, (2017) é fundamental compreender o gênero não só como atitudes diferentes destinadas a homens e mulheres, mas, compreendê-lo como um agente social e normalizador da feminilidade e masculinidade das pessoas, contribuindo na formação de políticas e ideologias que determinam e estruturam a vida em sociedade, moldando e naturalizando processos de diferenciações antagônicas e

hierarquização entre homens e mulheres, estas últimas, assumindo uma importância secundária.

Campo de construção da cidadania e pensamento crítico, a educação – enquanto política pública – tem grande relevância na luta por igualdade de gênero. Por isso que várias (os) estudiosas/os, sobretudo feministas, vêm se debruçando sobre o espaço escolar pelo reconhecimento de que esta instituição produz e reproduz desigualdades sociais, se tornando assim, um campo frutífero para o enfrentamento de desigualdades de gênero e de outras opressões. Como o ambiente escolar é um espaço formativo se torna indispensável à mudança de mentalidades e práticas docentes para a promoção de ações educacionais a fim de ampliar a compreensão e o combate à discriminação e ao preconceito desconstruindo estereótipos que reduzem o gênero feminino à subordinação (BRASIL, 2009).

Trabalhar com as diversas características existentes na sala de aula torna-se um desafio para o professor/a que se utiliza de velhos paradigmas, tais como conteúdos descontextualizados que promovem e perpetuam a desigualdade. Segundo Filho e Martins (2009, p. 401) “[...] é muito difícil mudar uma rotina em que estão mergulhados os professoras/es há longos anos. É muito difícil mudar atitudes e estruturas existentes, pois, os professoras/es ensinam como foram ensinados”, fazendo-se necessária especialização na formação continuada dos docentes, sendo que esta é um “[...] investimento importante e precisa ser um compromisso político-pedagógico de qualquer planejamento educacional/escolar para formação e/ou desenvolvimento profissional dos professoras/es” (BRASIL, 1997b, p. 123).

O trabalho apresentado discute a intervenção realizada através de oficinas pedagógicas com docentes da Educação Infantil (EI) de uma escola municipal localizada na em uma cidade do interior da Bahia. O anseio em discutir gênero com professoras partiu da da experiência da autora na área da Psicologia Escolar, onde, em 03 anos de atuação, foi possível perceber o quanto os estudos sobre gênero é negligenciado na rede de ensino, assim como há uma concepção distorcida sobre a temática de gênero, vinculando-a aos preceitos divulgados em meios não científicos no que vem se chamando, pejorativamente, de “ideologia de gênero”, oportunizando assim, receio em abordar esse assunto.

Alguns discursos são rotineiros no cotidiano escolar, lócus da intervenção: “as meninas estão piores do que os meninos”; “esse menino é muito sensível”. Em conversa com os profissionais da escola, essas e muitas outras falas demonstraram desconhecimento sobre a temática de gênero, assim como ficou evidente o teor dos estereótipos de gênero que certamente, percorrem a prática pedagógica.

Discutir questões de gênero é importante na educação, e se torna mais relevante quando no campo da Educação Infantil, uma vez que as práticas dessa etapa objetivam, entre outras, cooperarem na construção da identidade e autonomia da criança. Como as primeiras noções de gênero são construídas na primeira infância, se torna necessário o debate desse tema, visando uma prática docente que não perpetue e naturalize os papéis de gênero. É válido pontuar, que a naturalização desses papéis, se traduzem em dados alarmantes de violência contra mulher, feminicídio, cultura do estupro, salários desiguais, dupla jornada de trabalho, além de outras violações às mulheres e também aos homens, principalmente quando estes não correspondem às características da “masculinidade”.

Assim, o objetivo geral da intervenção foi o de promover vivências em grupo com o intuito possibilitar reflexões relacionadas à perspectiva de gênero, para o desenvolvimento de uma postura crítica em relação aos processos de naturalização da diferença e, especificamente a intervenção buscou incentivar reflexões sobre a temática de Gênero e como as discriminações de gênero operam no cotidiano das docentes; problematização das violências de gênero e de que forma estas se apresentam; visibilizar o patriarcado como uma organização social.

Para cumprir com os objetivos, foram realizadas 04 oficinas pedagógicas com as professoras de uma escola municipal localizada no interior da Bahia. As oficinas tiveram duração de 2h cada, utilizado como instrumento, dinâmicas, vídeos, estudos de caso, dentre outros. Recortado para esse texto, a discussão realizada nas duas primeiras oficinas, onde no primeiro encontro, que teve como objetivo discutir sobre a construção social de gênero as professoras expressaram a compreensão das identidades de gênero e sexualidade pelo viés do determinismo biológico, ou seja, numa visão essencializante, fixa e heteronormativa.

Na segunda oficina, que teve como intuito problematizar as mais diversas formas de violência contra mulher foi proporcionado à discussão sobre as violências de gênero assim como o ciclo de violência contra mulher a fim de desconstruir as falas de culpabilização da vítima, predominante no grupo. Nesse encontro também foi problematizado a cultura do estupro e a objetificação do corpo da mulher, assédio sexual e a relativização da violência contra mulher. Nessas oficinas foi possível refletir também, sobre o patriarcado e de qual modo este estrutura, ordena e naturaliza as relações de poder também no cotidiano escolar.

De forma geral as intervenções possibilitaram a ampliação do olhar sobre a diversidade na escola, principalmente sobre a perspectiva de gênero, incentivou a incorporação de uma práxis humana não sexista. Além de desmistificar sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero, temáticas diretamente relacionadas na discussão –

pelo senso comum – da “ideologia de gênero”. Ampliar o olhar sobre essa temática na escola possibilitará também, a disseminação da perspectiva de gênero em outros ambientes assim como, move a escola a encontrar metodologias pedagógicas que vão de encontro a esse movimento.

METODOLOGIA

A intervenção foi realizada em uma escola pública localizada em um município do interior da Bahia. Esta instituição recebe alunas/os com a faixa etária de 04 a 16 anos, com situação econômica de baixo poder aquisitivo. A escola funciona de segunda à sexta, no período matutino das 07h30min às 11h30min, contemplando as turmas: Fundamental dos anos iniciais (1º ao 5º ano) com 98 alunas/os; Educação de Jovens e Adultos com 12 alunas/os e 03 turmas de Educação Infantil com 83 alunas/os matriculadas/os, totalizando 193 alunas/os.

As oficinas foram direcionadas as 08 professoras dessa instituição, todas formadas em pedagogia, sendo que duas também possuem licenciatura em português. Cinco professoras atuam na área da educação infantil em média de cinco a dez anos; três professoras no período de dez a dezessete anos. Todas são concursadas no município, com carga horária semanal de 40h (06 professoras) e 20h (02 professoras). Importante ressaltar que o cargo de diretora e coordenadora pedagógica é comissionado, assim sendo, das oito professoras, seis estão atuando no cargo, e as duas outras, desde 2016 estão nos cargos comissionados supracitados. As professoras que possuem 40h semanais atuam na educação infantil e ensino fundamental na respectiva escola. Todas possuem especialização na área de educação, principalmente com foco em alfabetização e letramento; fora observado que nenhuma especialização ou formação compreende o campo da educação e diversidade.

A tabela a seguir traz o perfil profissional das professoras participantes da intervenção².

² Os nomes das participantes são fictícios.

Tabela 01 – Perfil das profissionais participantes da intervenção - 2018

Identificação	Idade	Escolaridade	Cargo	Tempo de atuação geral e na Instituição/ e na EI
Catarina	48	Superior Completo/ Pedagogia com Pós Graduação.	Professora Grupo 6 e F1	11 anos/ 5 anos
Luiza	52	Estudante em Pedagogia.	Professora Grupo 6 e F1	27 anos/ 16
Gabriela	30	Superior Completo/ Pedagogia com Pós Graduação.	Diretora	5 anos/ 2 anos
Mariana	56	Superior Completo/ Pedagogia com Pós Graduação.	Professora Grupo 6 e F1	29 anos /15
Alice	32	Superior Completo/ Pedagogia com Pós Graduação.	Professora Grupo 6 e F1	7 anos/ 7 anos
Júlia	39	Superior Completo/ Pedagogia e Português com Pós Graduação.	Coordenadora	15 anos/ 6 anos
Manuela	45	Superior Completo/ Pedagogia com Pós Graduação.	Professora Grupo 6 e F2	20 anos/ 17 anos
Letícia	42	Superior Completo/ Pedagogia; Português; com Pós Graduação;	Professora Grupo 6 e F2	15 anos/ 8 anos

Fonte: Investigação de campo realizada pela pesquisadora (2018).

Para averiguar a demanda formativa das professoras sobre a temática de gênero dessa instituição nos meses de abril e maio do ano de 2018, foram realizadas 02 visitas à instituição escolar com intuito de observar e manter diálogos com as professoras, assim como, compreender as concepções prévias sobre gênero destas profissionais. Nesses diálogos as professoras compartilharam que meninos e meninas sempre brincam no recreio em grupos separados, e que elas até concordam que as atividades aconteçam assim, uma vez que “as brincadeiras de menino são mais pesadas”. Além disso, outros comentários sobre preferências ditas como naturais - segundo o sexo - foram verbalizados, “as meninas sempre pegam as bonecas para brincar, nem preciso oferecer”. Diante a perpetuação dos estereótipos de gênero, perceptível nas falas das professoras, foi construído o projeto de intervenção e apresentado à dupla gestora e respectivamente, às professoras. Com aprovação da proposta, os encontros foram realizados no segundo semestre de 2018 no momento da atividade de classe (AC).

As intervenções foram realizadas no modelo de oficina pedagógica, que segundo Candau (2000, p. 02) são:

[...] um espaço de interação e troca de saberes, esta ocorre através de dinâmicas, atividades coletivas e individuais que proporcionam ao educando expor seus conhecimentos sobre a temática em questão e assimilar novos conhecimentos acrescidos pelos educadores. Esse processo de conhecimento, dar-se a partir da marca da horizontalidade na construção do saber inacabado. Esta experiência enquanto prática democrática e participativa se realiza mediante uma abertura do educador, que não se coloca como o único detentor de conhecimento.

Dessa forma, as oficinas se constituem em um movimento de análises, reflexões, produções em vistas à promoção de práticas pedagógicas que atendam às demandas de uma educação inclusiva. Nas oficinas foram utilizadas dinâmicas, vídeos e estudos de caso.

Foram realizadas 02 oficinas com nos meses de Julho e Agosto com duração de 2h cada encontro. Cada intervenção visou à discussão de um item específico³. A avaliação da intervenção foi subjetiva e se deu de forma processual, por meio de participação ativa nas intervenções, assim como foi considerado o *feedback* coletado ao final de cada encontro, em roda de conversa.

No primeiro encontro, após dinâmica de apresentação e de dinâmica de quebra gelo, com intuito de discutir sobre estereótipos e expectativas sociais de gênero, assim como problematizar as distinções entre sexo (as diferenças biológicas) e gênero (as construções históricas, culturais e sociais) foram propostas as seguintes atividades:

Atividade 01

- ✓ Solicitado que em dupla listassem 04 comportamentos ou características tradicionalmente definidos como apropriados ou inapropriados para mulheres e para homens;
- ✓ Compartilhamento dos comportamentos e atitudes listados pelas professoras – ao passo que a facilitadora listava-os no quadro;
- ✓ Breve bate papo sobre “quais características são biológicas?”;

Atividade 02

³ As dinâmicas foram adaptadas da apostila do Projeto de Pesquisa “Superando e Transformando o Cotidiano Escolar Enquanto Espaço Produtor e Reprodutor de Desigualdades Sociais e Violência de Gênero” CAPES/FAPEMIG, 2013/2014.

- ✓ Exibido o vídeo “Era uma vez outra Maria”, antecedido pela explicação de que o filme é um desenho animado mudo, que conta a história da menina Maria, que percebe que meninas são criadas de maneira diferente dos meninos, e descobre que essa criação influencia seus desejos, comportamentos e atitudes. De lembranças da infância a sonhos para o futuro, Maria questiona o seu papel no mundo.
- ✓ Após exibição breve bate papo: “O que vocês identificam como sendo ‘coisas’ de meninas e meninos no cotidiano de vocês?”;
- ✓ Discussão dos elementos do vídeo “Era uma vez outra Maria”;
- ✓ Ao final do encontro foi discutido com as docentes como as diferenças de gênero são construídas historicamente e socialmente e como estas produzem e reproduzem desigualdades e violências. Ao final, solicitado o *feedback* da intervenção.

No **segundo encontro** com objetivo de discutir como as violências de gênero estão inseridas no cotidiano e de que forma estas se apresentam, buscou-se apresentar os vários tipos de violência contra mulher, assim como discutir a “lei Maria da Penha”. Para isso foram propostas as seguintes atividades:

Atividade 01

- ✓ Após bate papo sobre a definição de violência – foi especificado que o encontro seria destinado a discutir a violência decorrente das relações de gênero; elucidar o que o grupo já conhece sobre o assunto;
- ✓ Em grupo leitura e discussão de casos que retratam a violência contra a mulher;

Atividade 02

- ✓ Através de *power point*, de forma dialogada, foi apresentado conceitos e imagens para exemplificação dos tipos de violência contra a mulher e explanado a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06);
- ✓ Para a discussão da cultura de estupro foram distribuídos para análise propagandas, noticiários, comentários de rede sociais (*facebook*) vinculadas a notícias sobre violência contra mulher, assim como, estudos de caso retratando situações de violência de gênero.

✓ Ao final do encontro fora explicitado que a violência contra as mulheres é um tema que deve ter uma atenção em especial dentro das questões de gênero, uma vez que ao serem visibilizados permitem o enfrentamento destas situações.

De forma sintetizada, os encontros se constituíram a partir dos seguintes itens:

Tabela 02 – Síntese das oficinas pedagógicas

Objetivos	Metas	Atividades	Recursos
Problematizar a temática de Gênero e como esta opera no cotidiano social;	Envolvimento de 75% de discentes nas atividades propostas;	Debate acerca das representações sociais de gênero (dispositivos: dinâmicas, vídeo: “Era uma vez outra Maria”);	Quadro e giz (ou cartolina e pincel atômico) • folhas de papel A4 • um lápis ou caneta para cada participante; Filme “Era uma vez outra Maria” (20 minutos), projetor multimídia, computador;
Discutir como as violências de gênero estão inseridas no cotidiano e de que forma estas se apresentam. Neste sentido, busca-se evidenciar os tipos de violência;	Propriedade na identificação da violência contra mulher nas mais diversas modalidades;	Dinâmica (Identificando os tipos de violência de gênero); <i>Power Point</i> com apresentação sobre os tipos de violência contra as mulheres e discussão lei 11.340\2006; Distribuição de casos sobre violência de gênero;	Projetor multimídia, computador; caixa amplificadora de som;

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro encontro – que teve como objetivo discutir sobre a construção social do gênero - compareceram todas as professoras. Na primeira atividade proposta, as duplas sinalizaram os comportamentos/attitudes considerados socialmente como sendo para homens e mulheres: sensibilidade, romantismo, delicadeza, cautela foram algumas características atribuídas às mulheres; Ainda, “é função da mulher, cuidar da casa e dos filhos, e a do homem chefiar a casa”. Fortaleza, agressividade e chefia do lar, foram algumas características atribuídas ao sexo masculino. Após questionar ao grupo se algumas dessas características citadas seriam genéticas, o grupo dividiu a opinião sobre, principalmente quanto às características relacionadas ao temperamento “a mulher normalmente é mais frágil e doce” “o homem tem o instinto para sexo, por isso que ele não passa muito tempo sem”.

Algumas perguntas disparadoras foram lançadas ao grupo para ampliar a discussão sobre aspectos biológicos e sociais a exemplo: “vocês conhecem alguma mulher que não seja “doce” ou algum homem romântico?” ainda “Traição se justifica “pelo instinto do homem”, mas, quando a mulher trai significa que ela foi inapropriada – ou seja, não agiu por instinto “agiu assim porque quis”?” Esse último questionamento propiciou a discussão sobre

juízo de valor diferenciado segundo o sexo. As professoras comentaram sobre atitudes que eram aceitas pelos seus genitores quando se referia às atitudes do irmão, e que eram discriminadas para elas: “meu irmão começou a ir para festa sozinha bem antes de mim, mesmo eu sendo a irmã mais velha”; “meu pai sempre incentivou meu irmão a namorar - mesmo criança - e só me permitiu depois de velha, eu até namorava escondida”.

Conforme observa Ayales (1995, p.21 apud SARDENBERG; MACEDO, 2011, p. 40) se considerarmos as características atribuídas e ensinadas às mulheres e homens, é nítido a percepção que estas ocorrem em dualidades opostas, assim, “em nossa sociedade se complementam a partir de relações assimétricas e desiguais. Desta maneira, instauram-se relações de poder com base na assimetria e na negação de uns em termos do outro”.

Dessa forma, a fim de formar complementos polarizados, a educação de meninas e meninos, normalmente se dá de forma oposta, onde, se as meninas são ensinadas a serem submissas, os meninos são ensinados a ocuparem a função de “chefe do lar”, se as meninas são ensinadas a serem dóceis, sucintas, frágeis, os meninos são incentivados a serem agressivos, “fortes”, e a terem sua voz legitimadas. Essa educação discrepante se dá a tal ponto que “se por um lado, perdemos muito tempo dizendo às meninas que elas não podem sentir raiva ou ser agressivas ou duras, por outro elogiamos ou perdoamos os meninos pelas mesmas razões” (ADICHIE, 2015, p. 27).

Após compartilhar com o grupo sobre o conceito de gênero e a diferença entre o sexo biológico, para ampliar essa discussão foi exibido o vídeo “era uma vez uma outra Maria”. Todas assistiram atentamente, e após foram questionadas sobre o que enquanto educadoras já fizeram ou presenciaram - de outra colega - práticas diferenciadas para meninos e meninas. Nesse momento três professoras trouxeram que nunca permitiram meninos brincarem de boneca, porque acreditam que isso “afetaria” a sexualidade da criança; duas relataram que não percebem isso em sua prática, mas ao questioná-las com exemplos, as mesmas confessaram que é muito comum dividir em grupos de meninas x meninos, assim como costumam incentivar que as meninas brinquem de outra coisa enquanto os meninos jogam bola, etc. Uma professora compartilhou que nas aulas de arte estava ensinando as/os alunas/os a bordar, e que essa atividade ganhou repercussão negativa na escola, uma vez que algumas colegas a criticaram alegando que “isso é coisa de menina”, e que tal atividade poderia ser protestada pelos pais/mães das crianças, caso estes ficassem cientes.

Auad (2004) ao analisar as práticas escolares a partir da categoria de gênero, percebe que mesmo as escolas sendo mistas, não são efetivadas práticas coeducativas. O que pode verificar, em sua pesquisa de doutorado, é que as práticas escolares são polarizadas, ou seja,

as escolas mistas não garantem equidade de gênero. Desta forma, mesmo com modelos diferentes de segregação, a escola continua impondo modelos de comportamento distintos aos grupos, mantendo os estereótipos de gênero na sociedade em diversos espaços e contextos, como: na linguagem, nas regras, no esporte, na sala de aula, refeitório e nas brincadeiras, validando assim uma educação sexista, geradora de desigualdades, principalmente para as meninas, limitando suas vivências. Neste prisma, é que Louro (1997, p. 57) nos lembra: “Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso”.

No segundo encontro que teve como objetivo discutir como as violências de gênero estão inseridas no cotidiano e de que forma estas se apresentam foi realizado um bate papo inicial sobre o termo “violência”, e após, explanado à especificidade da violência contra mulher – a única provocada por homens pelo sentimento de poder em relação à mulher. Nesse momento, as professoras citaram a violência física e psicológica, discutiram o que sabiam sobre. A turma foi dividida em dois grupos para discussão de dois textos, que retratavam violência contra mulher. Após leitura do texto e discussão entre os integrantes do grupo, foi realizado o compartilhamento com as demais participantes.

O primeiro grupo ficou com o texto que exemplifica a violência física, verbal e psicológica; o segundo com o texto que retrata violência patrimonial e sexual. De forma geral, relataram sobre experiências advindas de familiares e pessoas próximas que foram vítimas de tais violências. A violência contra mulher é ainda uma das formas de violência mais aceitas como “normais” apresentando índices altíssimos não somente no Brasil, como também em países considerados desenvolvidos (SARDENBERG; MACEDO, 2011; MOTTA, 1999).

A violência contra as mulheres está diretamente relacionada às desigualdades existentes entre homens e mulheres e às ideologias de gênero expressas nos pensamentos e nas práticas machistas, na educação diferenciada, na construção de uma noção assimétrica em relação ao valor e aos direitos de homens e mulheres, na noção equivocada da mulher enquanto objeto ou propriedade de seu parceiro (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p. 45).

Em consulta do documento Atlas da Violência (2018), foi possível coletar dados referentes ao homicídio de mulheres. Em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, e em dez anos, observou-se um aumento de 6,4%. Na Bahia 4,220 mulheres foram vítimas de estupro no ano de 2016. Foram registrados nas polícias brasileiras 49.497 casos de estupro.

Nesse mesmo ano, no Sistema Único de Saúde foram registrados 22.918 casos dessa natureza, metade das notificações realizadas (BRASIL, 2018). Importante pontuar que as duas bases de dados, não correspondem à realidade de casos de estupro no país, uma vez que há muita resistência em denunciar por diversos motivos, entre eles, o receio de sofrerem novas violências nos próprios espaços de denúncia.

As professoras tiveram dúvidas sobre a diferença entre violência verbal e psicológica, para 04 professoras, as duas violências eram iguais. Ainda, foi explicado sobre o ciclo de violência contra a mulher, a fim de desconstruir a ideia de que “tem mulher apanha porque gosta” – frase pronunciada por uma professora e aceita total/ parcialmente pelo grupo. Na apresentação dos *slides* sobre a violência contra mulher, foi discutido sobre os cinco tipos de violência doméstica, a saber: sexual, patrimonial, verbal, psicológica e física. Ainda, discutido outras formas de violência contra mulher, uma vez que a violência contra mulher não se restringe ao lar. Nesse encontro fora explanado sobre a Lei Maria da Penha e as especificidades que essa lei trouxe no combate à violência contra mulher.

Sobre a cultura do estupro, as professoras puderam refletir sobre frases pronunciadas comumente “tem mulher que anda pedindo para ser assediada”; “o que andava fazendo na rua uma hora daquela?”. Foram compartilhados alguns comentários – que exemplificam a cultura do estupro - de homens e mulheres a fim de provocar a opinião do grupo (notícias que retratam casos de mulheres que foram estupradas quando retornavam da escola, da igreja, indo para o trabalho, no UBER, entre outros). Assim, comentários do tipo: “se tivesse dormido, não teria acontecido isso”; foram problematizados. Foi importante essa discussão para evidenciar que socialmente se atribui a responsabilidade às mulheres por engravidar, por não manter o relacionamento, por sofrer violência doméstica, por ser estuprada, pela traição do marido, *etc*, desmistificando discursos que legitimam a violência contra a mulher.

Alguns exemplos de violência de gênero foram colocados no debate para que as mesmas pudessem refletir sobre a escola como instrumento de perpetuação dos estereótipos e violências: meninas que foram expulsas da escola por usar shorts, ou não usar sutiã; menino que, por ser sensível (chorar com facilidade), ser encaminhado ao serviço de psicologia escolar; assédio de professores para com alunas – e estas serem culpabilizadas; professoras (es) que se negam a chamar a aluna (o) pelo nome social; aluno que deixou a escola por ameaça de morte – após reconhecer para as (os) colegas sobre sua homossexualidade; professores (homens) que trabalham na educação infantil (será que estes sofrem preconceito?). A partir desses disparadores, as professoras se identificaram com os exemplos e relataram outras experiências da prática docente. As professoras trouxeram, nos *feedbacks*,

que, depois do primeiro encontro, estão prestando mais atenção nas atividades pedagógicas, atitudes e falas para não discriminar meninos e meninas, ainda, que foi oportuno trabalhar com essa temática por desmistificar a “ideologia de gênero” e esclarecer sobre os conceitos de gênero, sexo e sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação realizada não teve como objetivo ensinar às professoras técnicas específicas, ou como se devem trabalhar questões de gênero e sexualidade na sala de aula. O propósito, como defende Bell Hooks (1995), foi incentivar um ensino transgressor. Nas intervenções as professoras puderam compartilhar práticas, e, a partir da perspectiva de gênero anteriormente discutida, perceberam que eram sexistas assim como, refletiram sobre privilégios masculinos, violência contra mulher e, de forma breve, sobre a cultura patriarcal. Os encontros possibilitaram a desmistificação do conceito de gênero, orientação sexual e identidade de gênero, temáticas diretamente relacionadas na discussão – pelo senso comum – da “ideologia de gênero”.

Não é possível asseverar que a ação desenvolvida possibilitou uma transformação do olhar sobre as opressões de gênero, uma vez que essa perspectiva é conquistada em um processo coletivo e principalmente singular. Mas, pelos *feedbacks* ao final dos encontros, contradições encontradas falas das professoras, olhares e trocas de experiências, posso ponderar que essa ação certamente possibilitou o questionamento de verdades ditas como únicas e cristalizadas em nossa cultura. Espera-se que a ampliação do olhar sobre essa temática possibilite a disseminação da perspectiva de gênero em outros ambientes assim como, incentive a escola a encontrar metodologias pedagógicas que vão de encontro a esse movimento. É preciso destacar a importância da formação para professoras/es sobre essa temática, para que a instituição escolar sensibilize seus integrantes para criar e efetivar ações que estimulem e propiciem a reflexão e desconstrução de práticas excludentes que reforçam as desigualdades de gênero.

REFERÊNCIAS

AUAD, D. **Relações de Gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de co-educação.** Tese (Doutorado em Educação, área de Sociologia da Educação), São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.

ADICHIE, Chimamanda, Ngozi. **Sejamos todos feministas.** Tradução Christina Baum. – 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BARKER, G. Diretor. **Era Uma Vez Outra Maria.** País de origem: Brasil Gênero: Comédia/Drama/Educação. Tempo de Duração: 20 minutos Ano de Lançamento: 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BxMLYlANrA>. Acesso em fevereiro de 2018.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BÍSCARO, C. R. R. **A construção das identidades de gênero na educação infantil.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco - Campo Grande – MS, 2009. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8069-a-construcao-das-identidades-de-genero-na-educacao-infantil.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2019.

BRAGA, S. O; SANTOS, R. Relações de gênero e educação infantil: alternância de papéis e ludicidade. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro SP, 4 (1): 249-273, 2017. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/50/26042017193430.pdf>. Acesso em 01 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclo do ensino fundamental, pluralidade cultural.** Brasília: MEC, 1997b.

CANDAU, V. M; SACAIVINO, Susana (Org.) **Educar em direitos humanos: construir democracia.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência.** Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em 29 de setembro de 2018.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla – São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes, 2013.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MOTTA, A. B. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos pagu** 1999: pp.191-221. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635327>. Acesso em: 01 de abril de 2019.

PACHECO, E. F. H.; FILIPAK, S. T. Relações de gênero e diversidade sexual na educação. **PsicolArgum.** 2017 jan./abr., 35(88), 63-8. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/23364>. Acesso em 23 de setembro de 2018.

Relações de gênero e violência. Oficinas. Universidade Federal De Viçosa. Programa Extensão: Formação de agentes e produção de materiais didáticos, educativos e informativos para o enfrentamento da violência contra a mulher. PROEXT/MEC/SESu. 2013/2014. Disponível em: <http://www.nieg.ufv.br/wp-content/uploads/Apostila-Escolas-G%C3%AAnero-e-Viol%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 06 fevereiro de 2018.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar; MACEDO, Márcia S. Relações de gênero uma breve introdução ao tema. **Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais** / organizado por: A. A. A. COSTA; A. TEIXEIRA; I. M. VANIN. Salvador: UFBA - NEIM, 2011. 247 p.